

## **A COVID-19 E O MUNDO DO TRABALHO NA AMÉRICA DO SUL: CASO BRASILEIRO<sup>1</sup>**

Rafael de Moraes Baldrighi<sup>2</sup>

Carla Thayná Tavares Guerra<sup>3</sup>

### **Introdução**

Os ensaios sobre as variedades de capitalismo teorizam como cada Estado, dada sua organização político-econômica, produz determinada resposta no território nacional às questões políticas, industriais e sociais (Hall; Soskice, 2001). Na América Latina, este cenário é marcado por baixo investimento em tecnologia, mercado de trabalho flexível e grande setor informal, o que Schneider e Soskice (2009) classificam como Economias de Mercado Hierárquicas, ou HMEs (*Hierarchical Market Economies*), em alusão à taxonomia original que trazia as *Liberal Market Economies* (LMEs) e as *Coordinated Market Economies* (CMEs).

Aqui, buscamos compreender o desempenho socioeconômico do Brasil durante a pandemia de COVID-19, com olhar especial para questões envolvendo o mundo do trabalho, uma vez que a desigualdade e a informalidade contribuem para a estagnação socioeconômica e a desaceleração do crescimento neste país, e na região como um todo. Trata-se de um estudo de caso típico (uma vez que o Brasil é um dos principais exemplos ao abordarmos a literatura em economias hierárquicas no arcabouço das taxonomias de capitalismo), bem como um possível caso

---

1 Este texto é uma produção do grupo de iniciação científica COVID-RI, contemplado no Edital de Iniciação Científica 2020/2021 do Centro Universitário Estácio do Recife.

2 Mestrando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (IRI/USP).

3 Graduanda em Relações Internacionais na Faculdade Estácio de Sá – Recife, unidade: Boa Viagem.

desviante, uma vez que traz um governo que, ao menos em teoria, é vinculado à direita do espectro político, bem como à disciplina fiscal e sem viés redistributivo, que muito aumentou o gasto público e social durante a pandemia, sobretudo, de acordo com nosso argumento, pela alta taxa de desemprego no período antecedente. Concluímos que a pandemia escancarou as vulnerabilidades sociais associadas ao Brasil e às HMEs.

### **Desenvolvimento: Revisão de Literatura e Dados**

A teoria de taxonomias do capitalismo de Hall e Soskice (2001) classifica como determinados sistemas políticos e socioeconômicos se enquadram em um perfil ligado ao desenvolvimento, sendo um importante arcabouço para Economia Política Comparada no entendimento das variações institucionais de cada país. A dupla de autores parte da premissa de que regulações trabalhistas, sistemas educacionais e governança corporativa estão intimamente ligadas à atuação estatal e às dinâmicas de mercado nas mais diferentes sociedades. Aqui, os autores propõem a existência de dois tipos seminais de capitalismo no mundo desenvolvido: as LMEs, marcadas por maior peso das relações não reguladas de mercado, menores proteções trabalhistas e maiores níveis de desigualdade (representadas pelos Estados Unidos e Reino Unido); e as CMEs, marcadas por maior regulação das relações entre trabalhadores, firmas, sindicatos, menores índices de desigualdade social, maior cooperação empresarial e integração entre educação e trabalho (Alemanha e países nórdicos).

Em contraponto, países da América do Sul, no caso estudado nesse artigo, o Brasil (Schneider; Soskice, 2009) adequa-se no regime de HMEs, sendo uma economia em desenvolvimento, com altos níveis de desigualdade e vulnerabilidade social e mercado de trabalho caracterizado pela informalidade e baixa produtividade. Neste sentido, a crise relacionada à pandemia potencializou dinâmicas pré-existentes na região, tais quais os déficits democráticos, a incapacidade e precariedade do *welfare state* e o desequilíbrio econômico, aprofundando vulnerabilidades relacionadas à informalidade do mercado de trabalho. Um setor que já não possuía relevante

rede de proteção relacionada a direitos trabalhistas se viu obrigado a afastar-se do trabalho, por conta de medidas de distanciamento social. Assim, no Brasil, para além das perdas sanitárias e econômicas, o caos social é importante faceta da pandemia (Carreiras; Malamud, 2020), o que dificulta a implantação de medidas de distanciamento social. Dados estes cenários, interpretações buscando analisar a atuação das variedades de capitalismo durante a pandemia. Em setembro de 2020, o *The Economist* traçou uma previsão de que menores taxas de morte ocorreriam nas CMEs (devido à maior proteção social que possibilita maior proteção a empregos e isolamento social) e que, possivelmente, as vacinas e inovações tecnológicas desenvolvidas para o combate do vírus viriam de LMEs – o que podemos encarar como parcialmente certo.

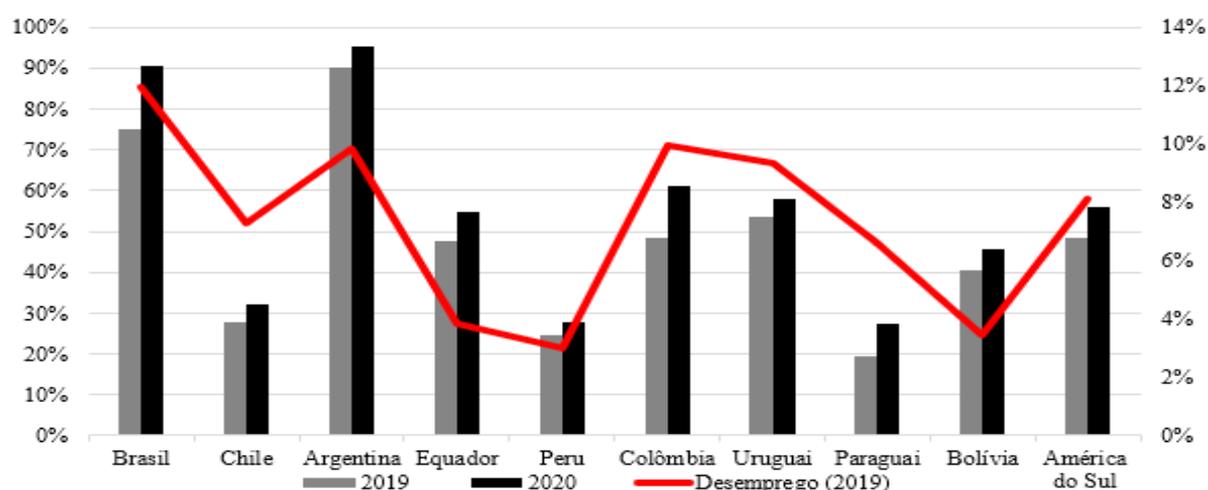
Neste caso, o Brasil é um dos principais exemplos de HME, ou um caso típico (Seawright; Gerring, 2020), visto que possui histórico de colonização ibérica, turbulências políticas e econômicas ao longo do século XX, tradição populista, economia marcada por desigualdade, pobreza, industrialização tardia e por substituição de importações, informalidade no mercado de trabalho, baixa produtividade, é uma democracia falha, com presidencialismo forte e com atual viés de direita e centro-direita (Altamirano, 2019) predominante no cenário político nacional (Schneider; Soskice, 2009). Nesse país, a desigualdade social é muito alta (o índice Gini em 2018 e em dados do Banco Mundial, era de 0,539, um dos maiores do mundo), bem como a informalidade no mercado de trabalho é predominante (em dados da Organização Internacional do Trabalho, em 2018, 46% da força de trabalho brasileira estava concentrada no setor informal). Ademais, segundo balanço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao final de 2020, 14 milhões de brasileiros (ou uma taxa de 14,1%) estavam em situação de desemprego, o que é aprofundado pelo cenário de incerteza da pandemia e pela estrutura Hierárquica de capitalismo.

Também, o desempenho nacional no tocante ao gasto público durante a pandemia pode ser considerado um caso desviante, ainda que aqui com mais

parcimônia e destacando-se a provisoriedade dessa situação. Especificamente, a balança fiscal dos gastos gerais governamentais, em dados estimados do Fundo Monetário Internacional (FMI), saltou de -6% em 2019 para -16,8% em 2020 no país. Neste ínterim, o desemprego prévio no Brasil, em 2019, era de, aproximadamente, 12,1%, um índice alto quando comparado a momentos anteriores, bem como com a situação atual de seus vizinhos sul-americanos. De acordo com Seawright and Gerring (2008), um caso desviante seria representado pelos *outliers* em estudos quantitativos e buscaria refutar explicações deterministas e consagradas na literatura. Aqui, pelo grande aumento no gasto público, em especial em programas sociais, realizado por um governo de direita (Jair Bolsonaro) e que, teoricamente, compromete-se com disciplina fiscal, menor intervenção do Estado na economia e que não possui um viés de combate às desigualdades sociais, o que contraria literatura consolidada na temática para a América Latina/do Sul – Dornbusch e Edwards (1989) e Rodrik (2018). Neste contexto, para a possibilidade de minimamente implementar medidas de distanciamento social e fechamento de estabelecimentos comerciais e produtores, o governo brasileiro se viu afetado pela necessidade de implementar políticas sociais abrangentes que garantissem a subsistência de trabalhadores informais durante o período de queda na atividade econômica e evitasse um colapso ainda maior no mercado de trabalho nacional. Logo, por se tratar de um cenário de desigualdade, desemprego e informalidade, bem como de aumento nos gastos sociais, o Brasil durante a pandemia torna-se um caso típico e possivelmente desviante. Desde Dornbusch e Edwards (1989), é marcante a tradição de líderes latino-americanos vinculados a sindicatos, setores urbanos e mesmo à esquerda do espectro político realizarem políticas de gastos sociais com viés redistributivo e que visem o combate das desigualdades sociais. Exemplos de líderes como esses ao longo do século XX não faltam: Perón na Argentina, Goulart no Brasil, García no Peru, entre outros. Por vezes esse fenômeno foi vinculado ao populismo na literatura, como, mais recentemente, em Acemoglu, Egorov e Sonin (2013) e Rodrik (2018).

Entretanto, trata-se de um caso desviante por alguns motivos: primeiramente, a atuação do governo Bolsonaro durante a pandemia no quesito gasto social não se enquadra nos modelos e teoria propostos por essa literatura, especialmente nas diversas obras de Dornbusch e Edwards (1989), pois refere-se a um governo sem viés heterodoxo, em teoria comprometido com a estabilidade fiscal do país e de cunho não-intervencionista no mercado; e, por fim, pelo grande aumento registrado na balança fiscal dos gastos gerais governamentais, em dados do FMI, de -6% em 2019 para -16,8% em 2020<sup>3</sup>, muito maior que dos países vizinhos da América do Sul. A Tabela 1 compara o balanço da dívida entre 2019 e 2020 de alguns países ao Brasil, outra métrica relativa ao Produto Interno Bruto (PIB) que retrata esse cenário. Na ausência de dados específicos para a América do Sul, utilizamos os dados para desemprego da América Latina e Caribe como *proxy*. Assim, observamos um aumento muito mais expressivo no Brasil, até mesmo quando comparado com países vizinhos e similares (a Argentina), o que reforça nosso argumento de que o aumento dos gastos sociais, materializado sobretudo no auxílio emergencial, se deu por conta dos altos níveis de desemprego. Tal situação, aliada à estrutura preexistente de HME do país e ao choque da pandemia resultariam em um caos social superior ao já instalado por conta da limitação das atividades econômicas.

**Gráfico 1 – Balanço da Dívida Pública: 2019 vs. 2020 e Desemprego: 2019**



Fontes: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe CEPAL (2020), The World Bank Data e Bases de Datos y Publicaciones Estadísticas (CEPALSTAT). Elaborado pelos autores.

Portanto, a necessidade de também financiar políticas sociais, dentre elas, segurança social, saúde e educação, possibilitará maior dinâmica da ordem pública em gerenciar e proporcionar a reestruturação econômica durante o período de recuperação dos empregos, da estabilidade financeira, da reinserção de informais, mulheres e jovens na economia do país.

## Conclusão

Apesar desta situação estrutural desigual e com raízes históricas, novas implicações surgem e transformam o cenário regional. Assim, a pandemia acelerou e agravou processos e fenômenos sociais já existentes no Brasil e na região. A utilização das variedades de capitalismo ajuda a compreender as falhas e pertinências dos governos em contrapor a realidade estrutural do mundo do trabalho, principalmente quando lidando com desigualdade, informalidade e desemprego. Logo, a situação brasileira durante a pandemia escancarou as vulnerabilidades sociais associadas às HMEs, bem como a atuação do país, no quesito gasto social e proteção a trabalhadores afetados, contrastando com experiências prévias na região. Ainda mais em um cenário de intenso debate político, em especial legislativo, sobre a implementação de um teto de gastos para o gasto público nacional. Portanto, estudar o Brasil durante a pandemia se torna algo relevante para entendermos as dinâmicas do capitalismo e do mundo do trabalho na região.

## Referências

- ACEMOGLU, D.; EGOROV, G.; SONIN, K. (2013). A Political Theory of Populism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 128, n. 2, p. 771-805.
- ALTAMIRANO, M. (2019) Economic Vulnerability and Partisanship in Latin America. *Latin American Politics and Society*, v. 61, n. 03, p. 80-103.
- CARREIRAS, H.; MALAMUD, A. (2020) Cooperation, the State and International Organizations. In.: *The World Before and After COVID-19*, p. 19-22.
- DORNBUSCH, R.; SEBASTIAN E. (1989). The Macroeconomics of Populism in Latin America. *Country Economics Department: The World Bank*.

CEPAL. (2020). *Balanço Preliminar das Economias da América Latina e do Caribe 2020*. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46501-balance-preliminar-economias-america-latina-caribe-2020>, acesso: 03 mar. 2021.

CEPALSTAT. (2020). *Tasa de desocupación según sexo (Tasa anual media)*. Disponível em: [https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc\\_HTML.asp](https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp), acesso: 05 mar. 2021.

FMI. (2021). *Fiscal Policies to Address the Covid-19 Pandemic*. Disponível em: <https://www.imf.org/-/media/Files/Publications/fiscal-monitor/2020/October/English/ch1.ashx>, acesso em 13 fev. 2021.

HALL, P.; SOSKICE, D. (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Londres: Oxford University Press.

IBGE. (2020). *Desemprego*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>, acesso: 22 fev. 2021.

RODRIG, D. (2018). Populism and the economics of globalization. *Journal of International Business Policy*.

SEAWRIGHT, J.; GERRING, J. (2008). Case-Selection Techniques in Case Study Research: A Menu of Qualitative and Quantitative Options. *Political Research Quarterly*, v. 61, n. 2, p. 294-308.

SCHNEIDER, B. R.; SOSKICE, D. (2009). Inequality in developed countries and Latin America: coordinated, liberal and hierarchical systems, *Economy and Society*, p. 17-47.

THE ECONOMIST. (2020). *Which is the best market model?* Disponível em: <https://www.economist.com/finance-and-economics/2020/09/12/which-is-the-best-market-model>, acesso: 28 fev. 2021.

The World Bank Data. (2020). *Unemployment, total (%) (modeled ILO estimate) 2019*. Disponível em: [https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2019&locations=BR-CL-AR-EC-PE-CO-UY-PY-BO-ZJ&most\\_recent\\_year\\_desc=false&start=2019&view=bar](https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?end=2019&locations=BR-CL-AR-EC-PE-CO-UY-PY-BO-ZJ&most_recent_year_desc=false&start=2019&view=bar), acesso 04 mar.2021.